

**AGRICULTURA FAMILIAR: O FIM DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO NO TERRITÓRIO RURAL DO SUDOESTE GOIANO (2012-2017)**

**FAMILY FARMING: THE END OF THE MINISTRY FOR AGRARIAN  
DEVELOPMENT IN THE RURAL TERRITORY OF SOUTHWEST OF GOIÁS  
(2012-2017)**

*Divina Aparecida Leonel Lunas*

 <http://lattes.cnpq.br/1924813918867102>

 <https://orcid.org/0000-0003-3395-1120>

Graduação em Ciências Econômicas pela Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (1993),  
mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (2001),  
doutorado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP (2010) e pós doutorado em  
Economia pela UNICAMP (2012)

*Isadora de Paula Vieira Alencar*

 <http://lattes.cnpq.br/4720374864623732>

 <https://orcid.org/0000-0001-7170-7693>

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás (2018), mestrado  
em Humanidades e Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Goiás (2021),  
especialização em Agricultura e Agronegócio pela Faculdade de Minas Gerais (2022) e  
discente do programa de Pós-Graduação lato sensu em Políticas Públicas e Dinâmicas  
Territoriais pela Universidade Estadual de Goiás.

**Resumo:** A agricultura familiar é definida como uma atividade produtiva realizada em propriedade de pequena escala. É uma estrutura em que a família é a proprietária e, ao mesmo tempo, executora das atividades produtivas. Essa agricultura é fomentada por políticas públicas que visam o seu fortalecimento e a permanência do agricultor no campo. Desde 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, violentas mudanças aconteceram no âmbito dessa plataforma após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dessa forma, o objetivo deste estudo é a análise do acesso às políticas públicas para a agricultura familiar no Território Rural do Sudoeste Goiano durante o período de funcionamento e extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão da administração direta do Governo Federal, que era responsável por propor e operacionalizar as políticas destinadas a esse setor de produção. A metodologia utilizada para o estudo possui abordagem qualitativa e, pesquisa bibliográfica e documental como forma de coleta de dados. Entende-se que o desmonte desse ministério representa um marco para a agricultura familiar brasileira, que, desde então, sofre com a

carência de acesso às políticas públicas destinadas a essa plataforma, desmantelando décadas de construção de políticas públicas para o espaço rural.

**Palavras-chave:** Desmonte. Agricultor Familiar. Políticas Públicas.

**Abstract:** Family farming is defined as a productive activity carried out on a small-scale property. It is a structure where the family owns and, at the same time, carries out productive activities. This agriculture is fostered by public policies aimed at strengthening it and keeping the farmer in the countryside. Starting in 2016, after the impeachment of President Dilma Rousseff, violent changes took place within this platform after the extinction of the Ministry of Agrarian Development. Thus, the objective of this study is to analyze the access to public policies for family farming in the Rural Territory of Southwest Goiás during the period of operation and extinction of the Ministry of Agrarian Development, a direct administration agency of the Federal Government, which was responsible for propose and operationalize policies aimed at this sector of production. The methodology used for the study has a qualitative approach and bibliographic and documentary research as a form of data collection. It is understood that the dismantling of this ministry represents a milestone for Brazilian family farming, which, since then, has suffered from the lack of access to public policies aimed at this platform, dismantling decades of construction of public policies for rural areas.

**Keywords:** Disassemble. Family Farmer. Public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é definida como uma atividade produtiva realizada em uma propriedade de pequena escala. É uma estrutura em que a família é a proprietária e, ao mesmo tempo, executora das atividades produtivas. Essa agricultura possui forte correlação com a segurança alimentar e com a produção de alimentos no Brasil, sendo fomentada por políticas públicas que visam o fortalecimento e a permanência do agricultor no campo.

Esta pesquisa justifica-se, a princípio, pela inexistência de estudos comparativos sobre o acesso às políticas públicas para agricultura familiar durante o funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e após sua extinção. Por conseguinte, analisar o acesso a partir de um Território Rural poderá indicar como as políticas são acessadas com base na organização territorial, entendendo o agricultor familiar como o agente social desse espaço, capaz de contribuir com o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais brasileiras, representando uma alternativa de geração de emprego e renda em Territórios Rurais.

Nesse contexto, a partir de 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, violentas mudanças aconteceram no âmbito da agricultura familiar após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A extinção desse ministério representa um marco para a agricultura familiar brasileira, que, desde então, sofre com a carência de acesso às políticas públicas destinadas a essa plataforma. Isso posto, levanta-se a questão: O fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário pode ser associado à diminuição do acesso às

políticas públicas para a agricultura familiar no Território Rural do Sudoeste Goiano em 2017?

Do exposto, o objetivo deste estudo é analisar o acesso das políticas públicas para a agricultura familiar no Território Rural do Sudoeste Goiano durante o período de extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão da administração direta do Governo Federal, que era responsável por propor e operacionalizar as políticas destinadas a esse setor de produção.

A metodologia do estudo possui abordagem qualitativa, por meio do método indutivo, e pesquisa bibliográfica e documental, como forma de coleta de dados. Gil (2019) afirma que a metodologia se refere ao conjunto de procedimentos a serem seguidos na realização de um estudo científico.

O estudo é dividido da seguinte forma: introdução, apresentando uma prévia do conceito da agricultura familiar, seguida da metodologia de estudo; desenvolvimento, demonstrando o conceito de agricultura familiar, bem como a investigação do fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário, seguido da análise comparativa do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no período de 2012-2017; e, por fim, as considerações finais e referências da pesquisa.

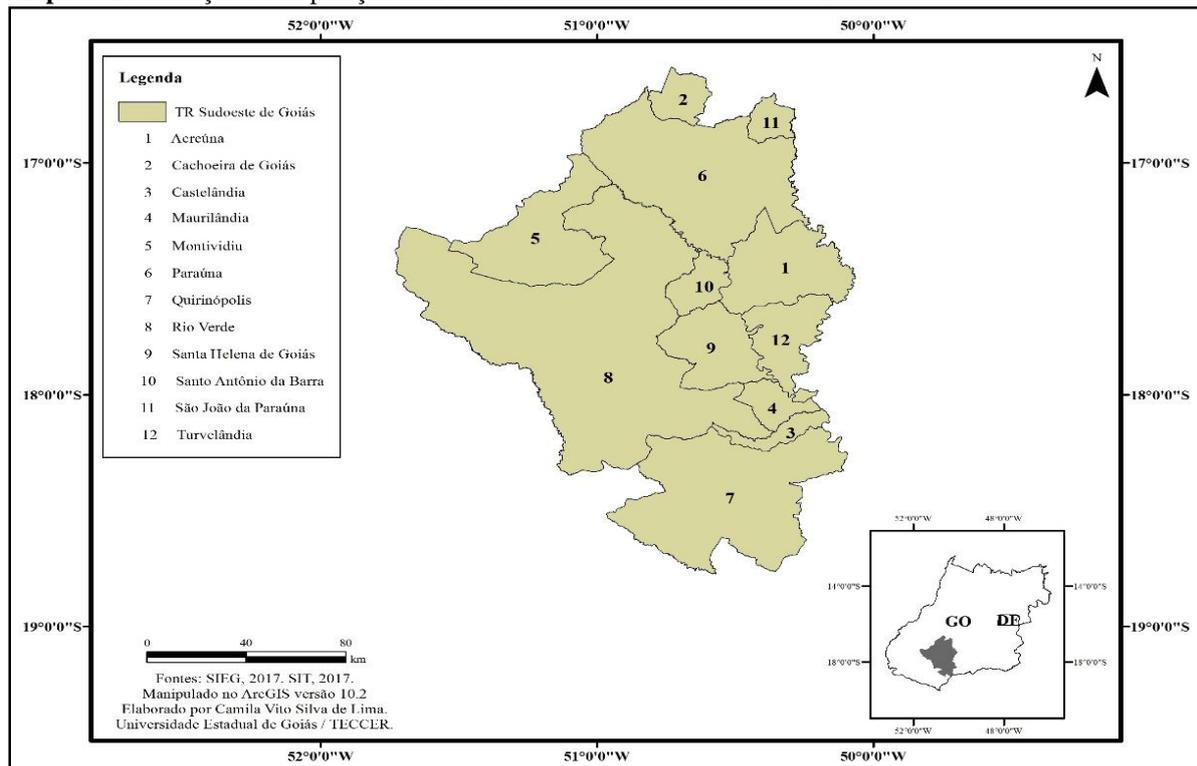
## **2 MÉTODO DE PESQUISA**

A tipologia de pesquisa do problema investigado é a pesquisa qualitativa que, segundo Gil (2019), “é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente em perspectivas construtivas” (p. 35). Dessa forma, os dados são coletados com o objetivo de desenvolver argumentos e/ou assuntos a partir de referências.

Os procedimentos técnicos utilizados para a investigação foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, as quais conduziram o estudo e a obtenção dos dados necessários para a elaboração do trabalho. Para Gil (2019), a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida por meio de materiais já elaborados, permitindo que o pesquisador tenha uma vasta fonte de materiais que podem ser usados como referência. O autor afirma que a pesquisa documental se difere da pesquisa bibliográfica na natureza das fontes, já que a pesquisa documental consiste na exploração de fontes documentais, como documentos oficiais, contratos, leis e outros.

A pesquisa teve como recorte espacial a área do Território Rural do Sudoeste Goiano, que ocupa cerca de 7% do espaço geográfico de Goiás. É composto por 12 municípios, sendo eles: Acreúna, Cachoeira de Goiás, Castelândia, Maurilândia, Montividiu, Paraúna, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna e Turvelândia. O Mapa 1 ilustra a localização e a composição do território estudado:

**Mapa 1:** Localização e composição do Território Rural Sudoeste Goiano – 2016



A coleta dos dados secundários foi feita por meio de órgãos oficiais, como o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial em Goiás (NEDET's), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre outros.

### 3 AGRICULTURA FAMILIAR E PROGRAMAS DE APOIO

Este trabalho é ancorado em alguns pressupostos teóricos necessários para a contextualização do objeto e dos objetivos de estudo que se pretende desenvolver. Por se tratar de um projeto que propõe a análise comparativa de políticas públicas durante o período

de extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é indispensável a conceituação da atividade produtiva do Território Rural do Sudoeste Goiano: a agricultura familiar.

Nesse contexto, a agricultura familiar possui características específicas. Segundo Rodrigues *et al.* (2020), “a agricultura é atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas. O avanço da civilização proporcionou o desenvolvimento do campo e da agricultura” (p. 6). Abramovay (1999) demonstra que o importante, nesse conceito, é que os três atributos básicos – gestão, propriedade e trabalho familiar – estejam presentes em todas as propriedades familiares. Do ponto de vista institucional político, é definido como agricultor familiar aquele que produz em regime familiar em área com até 4 (quatro) módulos rurais fiscais, sendo definido pelo poder municipal e variando entre 5 a 110 hectares. São as pequenas propriedades em que a renda advém da atividade agropecuária.

Assim, na agricultura familiar, a produção ocorre a partir de lotes menores, com uma gama diversificada de produtos oriundos de sua terra, em que a comunidade familiar é, simultaneamente, dona e responsável por toda produção e comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar. Denardi (2001) ilustra isso afirmando que os estabelecimentos rurais familiares possuem como característica principal o fato de serem administrados pela própria família e a família trabalhar diretamente, com ou sem a ajuda de terceiros.

Santos (2016) corrobora afirmando que a agricultura familiar é praticada em uma pequena extensão de terra, que utiliza a mão de obra da família e é destinada, principalmente, para a própria alimentação da família, ou seja, seu autoconsumo. Além disso, é fortemente marcada por valores relacionados à manutenção da esfera familiar. Schneider (2003), por sua vez, ressalta que o elemento básico para definir agricultura familiar relaciona-se com a forma do uso do trabalho, já que unidades familiares funcionam com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros.

A literatura sobre a agricultura familiar aponta que, desde meados da década de 1990, vem ocorrendo um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio a esse modelo de agricultura. Esse reconhecimento da agricultura familiar, segundo Rodrigues *et al.* (2020, p. 2), “foi importante para implantação de políticas públicas que possibilitou uma maior atenção por parte do poder público para essa classe”.

Foram criadas políticas públicas específicas para estimular os agricultores familiares, como o PRONAF, em 1995, conhecido como o Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar<sup>1</sup>; além de secretarias de governo orientadas exclusivamente para trabalhar com a categoria, como a Secretaria da Agricultura Familiar, criada em 2003 no âmbito do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998<sup>2</sup> (PICOLOTTO, 2012). Esse Ministério foi de extrema importância, ao longo da história das políticas públicas, para a agricultura familiar.

Nessa perspectiva, outras duas políticas mostram-se relevantes, são elas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Estas, que são o objeto de análise deste estudo, são ilustradas no Quadro 1:

**Quadro 1:** Especificidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

<b>Itens analisados</b>	<b>PAA</b>	<b>PNAE</b>
Objetivo	Promover o acesso à alimentação, comprando alimentos da agricultura e destinando a pessoas em insegurança alimentar.	Oferecer alimentação saudável para os estudantes das escolas públicas no Brasil.
Lei regulamentar	Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.	Artigo 4 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
Público atingido	Produtores Rurais identificados como agricultores familiares por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder público.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2021) e no Ministério do Desenvolvimento Social (2021).

Nesse contexto, corroborando com o quadro 1, Camargo, Baccarin e Silva(2013) se atentam ao fato de que o PNAE tem por objetivo oferecer alimentação saudável para os estudantes das escolas públicas no Brasil, visando a melhoria das condições de aprendizagem, além do incentivo a hábitos saudáveis. Já o PAA objetiva a aquisição de produtos da agricultura familiar para atender populações em condição de segurança alimentar.

Pode-se afirmar que os programas de incentivo à agricultura familiar, no contexto brasileiro, são fundamentais para a manutenção das famílias no campo, representando uma

<sup>1</sup> Apesar de ter sido criado em 1995, o programa somente teve o seu regulamento decretado através do Decreto nº 1.946, de 28 de julho de 1996.

<sup>2</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado através da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

oportunidade de geração de renda e de melhores condições de vida para as famílias agricultoras. A criação das políticas referentes aos mercados institucionais – PAA e PNAE – fomentou o desenvolvimento da agricultura familiar, propiciando novas formas de geração de emprego e de renda no campo.

Nesse cenário, segundo Longo (2017), o Brasil, que em todo seu percurso histórico sempre foi um caso complexo de pobreza extrema, começou a sua jornada no sentido oposto ainda durante os governos de Fernando Henrique Cardoso – governo FHC – (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tornando-se um exemplo mundial de combate à fome e à miséria, com programas de segurança alimentar, saúde básica, saneamento, educação, emprego e renda, vinculados à agricultura familiar. No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o país saiu definitivamente do mapa da fome da Organização da Nações Unidas (ONU).

Dessa forma, Ortega (2008) afirma que, por intermédio da abordagem territorial da agricultura, se tem a capacidade de contribuir com o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais brasileiras, representando uma alternativa de geração de emprego e renda em territórios rurais deprimidos por meio da agricultura familiar em comum ação com os atores sociais.

A situação foi modificada em 2016, quando o Brasil sofreu mudanças significativas no contexto do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (2020), em 11 de maio de 2016, o Presidente da República em exercício na época extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Em seguida, transferiu novamente as competências para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead). Por fim, em 2019, tais competências foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Segundo Fossá e Renk (2021), essas alterações “são consequências de uma mudança de entendimento sobre a agricultura nacional, em que a agricultura familiar perde espaço e novamente se encontra alijada da centralidade de atenções específicas do Estado Brasileiro” (p. 78).

Paula, Gómez e Tracz (2017) apresentam a necessidade de reconhecer que houveram mudanças importantes após a criação do MDA. Camponeses e agricultores familiares careciam de políticas e assistência, pois todas as conquistas aconteceram mediante pressões e

desgastes. Os autores afirmam que, durante o segundo governo Dilma, muitas contradições assombraram a plataforma da agricultura familiar, pois “ao mesmo tempo em que defendia a manutenção dos problemas sociais e dos direitos trabalhistas, propunha um ajuste fiscal que o sacrificaria” (p. 77).

Além disso, Oliveira *et al.* (2021) contribui afirmando que “a agricultura familiar vive um verdadeiro paradoxo: um setor relevante para o desenvolvimento local, mas deficiente de políticas públicas regionalmente bem focadas” (p. 96).

É preciso ressaltar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado no governo FHC (1995 – 2002), por pressão dos movimentos populares do campo. Não foi uma concessão, e sim uma conquista, resultado de muitos anos de luta. Extingui-lo prejudicou diretamente a estrutura da agricultura familiar, que carece de um ministério específico.

Com vistas a defender a recriação desse ministério e analisar o acesso às políticas públicas durante o funcionamento do MDA e após sua extinção, no período de 2012-2017, no Território Rural do Sudoeste Goiano, é necessário apresentar os dados referentes aos acessos ao PAA e PNAE no território em questão, verificando se de fato a extinção do MDA representa a ruptura da agenda de políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

#### **4 ACESSO AO PAA E PNAE NO TERRITÓRIO RURAL DO SUDOESTE GOIANO**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são políticas importantes destinadas a incentivar a produção de alimentos da agricultura familiar no Território Rural do Sudoeste Goiano. Esses programas foram criados enquanto políticas estatais que visam à segurança alimentar com qualidade. Ambos contribuem para formar mercados institucionais para o pequeno produtor no território em evidência, assegurando o consumo de parte de sua produção. A Tabela 1 permite visualizar a relação do Território diante dessas políticas.

**Tabela 1:** Acesso ao PAA e ao PNAE no Território Rural do Sudoeste Goiano 2012-2017

Município - Sudoeste Goiano	PNAE - FNDE (2012)	PAA - CONAB (2014)	PNAE - FNDE (2017)	PAA - CONAB (2017)
Acreúna	R\$ 7.707,70	R\$ -	R\$ 356.240,80	R\$ 159.992,50
Cachoeira de Goiás	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.984,00	R\$ -
Castelândia	R\$ -	R\$ -	R\$ 36.006,00	R\$ -
Maurilândia	R\$ -	R\$ -	R\$ 142.862,00	R\$ -
Montevidiu	R\$ -	R\$ 32.500,00	R\$ 171.764,00	R\$ -
Paraúna	R\$ -	R\$ 77.994,15	R\$ 160.886,00	R\$ -
Quirinópolis	R\$ 111.336,00	R\$ -	R\$ 651.508,00	R\$ -
Rio Verde	R\$ 483.994,85	R\$ 662.915,00	R\$ 1.987.644,60	R\$ -
Santa Helena de Goiás	R\$ 95.442,28	R\$ 32.483,30	R\$ 438.346,00	R\$ -
Santo Antônio da Barra	R\$ 13.574,57	R\$ -	R\$ 36.184,40	R\$ -
São João da Paraúna	R\$ 4.362,00	R\$ 25.986,50	R\$ 17.016,00	R\$ -
Turvelândia	R\$ 4.245,62	R\$ -	R\$ 133.750,00	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 720.663,02</b>	<b>R\$ 831.878,95</b>	<b>R\$ 4.140.191,80</b>	<b>R\$ 159.992,50</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Em primeiro lugar, é necessário justificar a escolha dos anos para análise do acesso às políticas. O MDA passou pelo desmantelamento em 2016 e, por isso, optou-se por escolher um período de seu pleno funcionamento (2012-2014) e, por conseguinte, o período posterior ao desmonte, em 2017. Dessa forma, a Tabela 1 apresenta valores referentes ao acesso durante e após a extinção do MDA.

Como podemos observar na Tabela 1, a discrepância maior é em relação aos investimentos do PAA, que sofreram uma queda súbita em 2017. Em 2014, os municípios de Paraúna, Montevidiu, Rio Verde, Santa Helena e São João da Paraúna tiveram acesso ao PAA, totalizando um valor de R\$ 831.878,95. Já em 2017, o cenário é outro. O único município que teve acesso foi Acreúna, por meio do Assentamento Jenipapo, no valor de R\$159.992,00. Destaca-se que, após o desmanche do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017 foi o pior ano do PAA como mercado institucional no Território Rural do Sudoeste Goiano.

Comparado ao PAA, os números do PNAE são mais expressivos. Em 2012, Cachoeira de Goiás, Castelândia, Maurilândia, Montividiu e Paraúna não obtiveram acesso, enquanto, nesse mesmo ano, Rio Verde se destacou com 67% do total dos investimentos do PNAE. Em relação a Rio Verde, essa realidade não se modifica em 2017 e o município permanece com o maior valor de aquisição, um total de R\$1.987.644,60.

O diferencial do PNAE é o acesso em todos os municípios do Território Rural do Sudoeste Goiano em 2017. Isso mostra que, enquanto o PAA foi empobrecido, o PNAE se sobressaiu no território, mesmo com o desmonte do MDA. O acesso passou de R\$ 720.663,02 em 2012, para R\$ 4.140.191,80 em 2017. Municípios como Acreúna, Quirinópolis e Santa Helena de Goiás também se destacam no acesso.

Esses valores demonstram que algumas políticas sofreram mais que outras, evidenciando o fraco alcance do mercado institucional do PAA. Isso comprova pouca distribuição de recursos e até mesmo informações, já que, o agricultor carecia de uma assistência técnica rural do MDA, sem esse ministério, a assistência precisa ser tresdobrada.

Do exposto, é possível afirmar que o território em questão possui uma realidade particular, já que agrega um conjunto de municípios que possuem grande participação na produção de monoculturas em Goiás, voltadas para abastecer as agroindústrias no estado e ao mercado externo. Nesse sentido, os pequenos agricultores da região, devido à falta de assistência técnica e de integração com os mercados consumidores, acabam arrendando suas terras para o cultivo dessas monoculturas em detrimento dos produtos de consumo alimentar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro é inegável. Também não há dúvidas que os programas analisados, PAA e PNAE, contribuem de sobremaneira para a promoção da agricultura familiar no campo no Território Rural do Sudoeste Goiano. Entretanto, as disparidades identificadas nos investimentos evidenciam as fragilidades dos programas no contexto do fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A extinção desse ministério representa, de fato, um marco para a agricultura familiar brasileira e, principalmente, para o PAA, que tem sofrido de forma direta com esse desmonte, como foi possível evidenciar pela Tabela 1. O acesso em 2017 não existiu, exceto em Acreúna.

O PNAE tem contribuído para o fortalecimento da agricultura, mas é importante salientar que também existem outros desafios que impedem o acesso às políticas públicas no Território Rural do Sudoeste Goiano. Dentre as dificuldades destacam-se: o acesso a informações para a retirada de documentação (DAP), que viabiliza sua inserção nesses programas; a falta de articulação entre a produção dos agricultores familiares e o mercado consumidor, apoio ao transporte dos produtos; a baixa inclusão produtiva desses agricultores, como a inexistência de assistência técnica produtiva (ATER) por parte dos órgãos públicos, entre outros. Nesse sentido, as políticas públicas para agricultura familiar ainda não conseguiram estabelecer uma parceria mais sólida com os agricultores familiares, e o fim do MDA corrobora para o aumento do abismo que existe entre a agricultura e o poder público.

Do exposto, reafirma-se a importância da recriação desse ministério para garantir as políticas públicas para a agricultura familiar, bem como a necessidade de assessoria no Território Rural do Sudoeste Goiano, assegurando o agricultor no campo e permitindo uma qualidade de vida justa para esse segmento. Assim, a agricultura familiar brasileira precisa, indiscutivelmente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Porto Alegre, jun. 1999.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin--2007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A Secretaria Especial de Assuntos Fundiários**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-fundiaria-rural/a-secretaria-especial-de-assuntos-fundiarios>. Acesso em: 16 out. 2021.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

DENARDI, Reni. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural e sustentável. In. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2001. P. 56-62. Acesso em: 27 set. 2021.

FOSSÁ, Juliano Luiz; RENK, Arlene. O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR: RETROCESSOS DO PRESENTE. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 73-93, 2021. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5919>. Acesso em: 19 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 17 out. 2021.

LONGO, Ivan. **Brasil no Mapa da Fome: Voltaremos a ser um país de miseráveis?** Revista Fórum, São Paulo, 10 de jul. de 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/brasil-no-mapa-da-fome-voltaremos-ser-um-pais-de-miseraveis>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Elane Conceição de *et al.* Agricultura familiar e sustentabilidade no estado do Amazonas: do desenvolvimento local para o setorial. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 94-111, 2021. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5940>. Acesso em: 19 out. 2021.

ORTEGA, Antônio Cesar. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PAULA, Adriano Makux de; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; TRACZ, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. **Revista Pegada**, v. 18, n. 1, p. 57-88, 2017.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. **Revista Espaço Acadêmico**, [S.l.], ano XI, n. 128, p. 158-167, jan. 2012. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/13559/8522>. Acesso em: 25 set. 2021.

RODRIGUES, Sandra Andrea Souza *et al.* PAA /PNAE: política territorial para o desenvolvimento rural no território do médio sertão Alagoas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 23353-23369, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/9535>. Acesso em: 16 out. 2021.

SANTOS, Nilma Angélica dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, n. especial, p. 331-337, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321153853033/321153853033.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

*Artigo recebido em 05/03/2022*

*Aprovado em 24/08/2022*

Como citar esse artigo:

LUNAS, Divina Aparecida Leonel; ALENCAR, Isadora de Paula Vieira. Agricultura Familiar: O Fim Do Ministério Do Desenvolvimento Agrário No Território Rural Do Sudoeste Goiano (2012-2017). **Revista de Economia da UEG**. Vol. 17, N.º 2, jul/dez. 2021.